

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.
(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 12, 13 e 14), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

	Período de Adesão	Controladora		Consolidado	
		Dívida Parcelada	Saldo em 30/09/2022	Dívida Parcelada	Saldo em 30/09/2022
Parcelamento - Lei 11.941/09	2009	67	19	67	19
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	497	201	84.340	15.891
Parcelamento - PERT	2017	-	-	47.276	9.410
	Total	564	220	131.683	25.320

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores.

O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

1.4 - Covid-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia informa que diversas ações foram implantadas a partir de março de 2020, cujo objetivo central sempre foi a adequação as orientações indicadas pela OMS - Organização Mundial de Saúde, bem como a preservação da saúde e segurança de seus colaboradores.

A Companhia informa que referente aos efeitos da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, incorreu em gastos adicionais, apurados a partir de abril de 2020, os quais, até setembro de 2022 totalizam R\$ 5.822 mil, e estão relacionados a produtos de limpeza e higienização, acréscimo nos serviços de transportes à funcionários, adaptações estruturais nas instalações da empresa, como aumento dos espaços de lazer, enfermaria e refeições dos funcionários, compra de testes do COVID-19, doações a hospitais e vacinas de gripe.

No quadro a seguir são demonstrados os valores apurados relativos aos gastos adicionais incorridos por conta da COVID-19.

Natureza do Gasto	2020	2021	2022	Total
Transporte de funcionários	608	784	324	1.716
Testes covid	801	252	53	1.106
EPI's	916	376	146	1.438
Adequações estruturais	506	217	154	877
Auxílio creche	244	-	-	244
Doações	219	-	-	219
Materiais para alimentação	166	20	-	186
Outros	36	-	-	36
Total	3.496	1.649	677	5.822

Em relação a proteção e cuidados com a saúde de seus colaboradores, a Companhia procedeu de forma muito rigorosa desde o início da pandemia, realizando o afastamento de colaboradores classificados no grupo de risco, e chegou a ter, no período mais crítico da pandemia, aproximadamente 500 pessoas afastadas.

1.5 Análise dos efeitos da Covid-19 nas informações financeiras trimestrais

De acordo com as orientações contidas nos ofícios circulares da CVM/SNC 02/2020, 03/2020, 01/2021 e 01/2022, a Companhia informa que procedeu com a análise dos principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19 frente suas informações financeiras trimestrais, de modo que as principais análises são reportadas a seguir:

- (i) Continuidade operacional: Não foram identificados elementos que configurem risco de descontinuidade operacional.
- (ii) Contas a receber: Os saldos das contas a receber foram analisados, levando em consideração se os efeitos da Covid-19 indicam ajuste de perdas esperadas destas rubricas.
- (iii) Estoques: São avaliados pelo custo de aquisição líquido de impostos ou pelo efetivo valor de realização, desta análise não há nenhum elemento relacionado ao Covid-19 que indique qualquer ajuste nesta rubrica.
- (iv) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": A Companhia não identificou indicativos de impairment no período findo em 30 de setembro de 2022.

1.6 Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as informações financeiras trimestrais devidamente revisadas pela empresa independente Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S., para apreciação e deliberação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, e no dia 03 de novembro de 2022 as referidas informações financeiras trimestrais foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada.

2 - Base de elaboração e apresentação das informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Informações Financeiras Trimestrais

As informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de informações financeiras trimestrais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações financeiras trimestrais individuais

As informações financeiras trimestrais individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As informações financeiras trimestrais da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as informações financeiras trimestrais consolidadas.

3.2 Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas compreendem as informações financeiras trimestrais da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas informações financeiras trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações financeiras trimestrais individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras trimestrais

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as informações financeiras trimestrais. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das informações financeiras trimestrais. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das informações financeiras trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das informações financeiras trimestrais pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Caixa	-	-	3	4
Bancos - Conta Corrente	-	-	270	855
Total	-	-	273	859

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Mercado interno	-	-	55.476	46.155
Mercado externo	-	-	77.643	61.357
Trava Cambial	-	-	(1.488)	(1.524)
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	(3.339)	(3.267)
Total	-	-	128.292	102.721

Vencidos	30/09/22		31/12/21	
Até 30 dias	9.633	8%	10.024	10%
De 31 a 60 dias	516	0%	233	0%
De 61 a 90 dias	487	0%	10	0%
De 91 a 120 dias	-	0%	19	0%
De 121 a 150 dias	22	0%	11	0%
De 151 a 180 dias	7	0%	4	0%
Acima de 180 dias	3.339	3%	3.267	3%
Sub-total	14.004	11%	13.568	13%
À vencer				
Até 30 dias (a)	97.015	76%	83.568	81%
De 31 a 60 dias	20.612	16%	8.852	9%
Sub-total	117.627	92%	92.420	90%
Provisão para perda esperada	(3.339)	-3%	(3.267)	-3%
Total	128.292	100%	102.721	100%

(a) Parte do montante demonstrado no quadro acima como “títulos a vencer até 30 dias” refere-se à valores de câmbios já recebidos, porém não liquidados. Esta quantia, em 30 de setembro de 2022 representa o montante de R\$ 71.395 (R\$ 56.379 em 31 de dezembro de 2021).

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Produtos prontos	-	-	4.117	2.021
Produtos em elaboração	-	-	165	163
Matérias primas	-	-	2.893	2.173
Materiais de embalagem	-	-	2.177	2.749
Materiais de manutenção	-	-	6.010	4.907
Estoque em poder de terceiro	-	-	-	293
Total	-	-	15.362	12.306

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
IRRF a recuperar	-	-	3	2
IRPJ e CSLL a recuperar	2	2	3	4
PIS e COFINS a recuperar	-	-	523	390
ICMS a recuperar	-	-	-	-
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	292	267
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	-	-	6.376	9.562
INSS a Compensar	-	-	5.275	-
Circulante	2	2	12.472	10.225
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	360	331
Não Circulante	-	-	360	331

a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562.

Em março de 2022, foi realizado o pedido de habilitação dos créditos no valor de R\$ 3.187.565,74, o qual foi homologado no mês de abril de 2022. O referido crédito está sendo utilizado para a compensação de impostos correntes apurados no período.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Adiantamentos	-	-	10	172
Consórcios contemplados	-	-	1.085	964
Despesas antecipadas	-	-	299	167
Circulante	-	-	1.394	1.303
Agostinho Carrer Part. Ltda	15.250	13.253	15.250	13.253 (i)
Outros	-	-	3.420	3.360
Não Circulante	15.250	13.253	18.670	16.613

(i) Em 04 de Outubro de 2019, Agostinho Carrer Participações S.A, Minupar Participações S.A. e sua controlada direta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial, o qual envolveu todos os processos objetos de litígio entre as partes (ação de execução de título extrajudicial, embargos à execução, ações de cobrança e carta precatória de avaliação de bens).

Em fevereiro de 2020 houve penhora no rosto dos autos, sendo expedida ordem para devedora depositar judicialmente o valor das parcelas, todavia, meses depois, devido aos impactos causados pela COVID-19, a empresa Agostinho Carrer Participações S.A. notificou que devido à crise do setor avícola iriam utilizar do prazo de carência previsto no contrato, suspendendo os pagamentos pelo período de 03 meses. Posteriormente, as partes transacionaram, mediante concessões mútuas e através de aditivo ao acordo, a suspensão parcial do pagamento das parcelas pelo período de 04 meses, ficando acordado a obrigação de depositar judicialmente o valor dos juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor.

Após longas negociações, e novos aditivos contratuais, as partes estipularam novos períodos de suspensão dos pagamentos, de forma que os pagamentos de forma integral serão retomados a partir de outubro de 2022.

De março de 2020 até setembro de 2022 foram realizados pagamentos de juros compensatórios e atualização monetária incidente sobre o saldo devedor, totalizando R\$ 5.899, sendo R\$ 2.016 reconhecido no resultado do período findo em 30 de setembro de 2022.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 30/09/2022 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2021	(243.498)	(88.310)	(331.808)
+/- Equivalência Patrimonial	20.284	7.364	27.648
+/- Ajuste refl exo da trava cambial - NBC TG 48	25	10	35
Provisão para perda de investimento em 30/09/2022	(223.189)	(80.936)	(304.125)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	30/09/22			31/12/21		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(6.393)	18.105	24.498	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.391	(6.320)	5.071	11.390	(6.319)	5.071
Outros	311	(205)	106	315	(209)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.796	(12.918)	25.878	38.799	(12.921)	25.878

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 30 de setembro de 2022 são contabilizados a valor de custo. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 30 de setembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 30/09/22
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	18.105	-	-	-	-	18.105
Máquinas e equipamentos	5.071	-	-	-	-	5.071
Outros	106	-	-	-	-	106
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-	-	(5.146)
Total	25.878	-	-	-	-	25.878

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	30/09/22			31/12/21		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	78.009	(27.569)	50.440	74.324	(26.232)	48.092
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	68.320	(47.021)	21.299	66.388	(44.035)	22.353
Moveis e utensílios	8,33%	5.861	(3.910)	1.951	5.150	(3.728)	1.422
Computadores e periféricos	33,33%	2.874	(1.609)	1.265	2.681	(1.338)	1.343
Veículos	20,00%	892	(726)	166	891	(692)	199
Imobilizações em andamento	-	2.243	-	2.243	785	-	785
Outros	-	14	(14)	-	13	(13)	-
Total		173.806	(80.849)	92.957	165.825	(76.038)	89.787

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 30/09/22
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	48.092	135	-	(1.554)	3.767	50.440
Maquinas e equipamentos	22.353	477	(240)	(3.088)	1.797	21.299
Moveis e utensílios	1.422	677	(3)	(192)	47	1.951
Computadores e periféricos	1.343	172	(1)	(277)	28	1.265
Veículos	199	-	-	(33)	-	166
Imobilizações em andamento	785	7.097	-	-	(5.639)	2.243
Total	89.787	8.558	(244)	(5.144)	-	92.957

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período findo em 30 de setembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	30/09/22			31/12/21		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	711	(537)	174	679	(478)	201
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		859	(537)	322	827	(478)	349

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Amort.	Transf.	Saldo em	
	31/12/21	Adições	Baixas			30/09/22	
Softwares	201	32	(1)	(58)	-	174	
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148	
Total	349	32	(1)	(58)	-	322	

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de 30 de setembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Provisões de férias e 13º salário	-	-	14.228	7.718
Salários / Pró-labore a pagar	158	156	4.165	3.272
Rescisões a pagar	-	-	64	44
Outras obrigações a pagar	-	-	2.197	2.786
Total	158	156	20.654	13.820

13 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
INSS a recolher	5	12	262.284	258.171
FGTS a recolher	-	-	3.631	3.693
IRRF a recolher	-	3	223	458
IRPJ a recolher	-	-	101.290	98.206
CSLL a recolher	-	1	38.408	37.074
COFINS a recolher	-	-	48.719	47.152
PIS a recolher	-	-	10.395	10.059
Impostos Retidos	-	-	34	27
ICMS a recolher	-	-	1.497	1.791
Outros	-	-	4.730	4.668
Total	5	16	471.212	461.299

14 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
PERT (a)	-	-	1.370	1.274
Lei 12.996/14 (b)	21	23	2.210	2.100
Lei 11.941/09	5	6	5	6
FGTS	-	-	729	711
ICMS	-	-	136	268
Ordinário	-	-	1.715	3.027
Circulante	26	29	6.165	7.386
PERT (a)	-	-	8.040	8.432
Lei 12.996/14 (b)	180	188	13.681	14.557
Lei 11.941/09	14	19	14	19
FGTS	-	-	4.786	5.141
ICMS	-	-	28	180
Ordinário	-	-	2.835	1.096
Não Circulante	194	207	29.384	29.425

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso II), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2021	(15.916)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2021	2.137
Saldo remanescente em 31/12/2021	9.706
(+) Atualização Selic de Jan-22 até Set-22	555
(-) Pagamentos efetuados de Jan-22 até Set-22	(851)
Saldo remanescente em 30/09/2022	9.410
Circulante	1.370
Não circulante	8.040

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218		

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 30/09/22	(12.008)
Saldo remanescente em 30/09/2022	15.892
Circulante	2.211
Não circulante	13.681

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da

modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

15- Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo Atribuído	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Obras Cíveis	33.592	8.398	3.023	11.421
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Veículos	191	48	17	65
Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Total	66.966	16.743	6.027	22.770
	30/09/2022	(5.705)	(2.054)	(7.759)
	30/09/2022	11.038	3.973	15.011

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2021 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 30/09/2022		(1.367)	(492)	(1.859)
(B) = Saldo em 30/09/2022		2.521	908	3.429
(A + B) = Saldo em 30/09/2022		13.559	4.881	18.440
Circulante		1.079	389	1.468
Não circulante		12.480	4.492	16.972

Consolidado		
	30/09/22	31/12/21
IRPJ diferido	1.079	1.876
CSLL diferido	389	676
Circulante	1.468	2.552
IRPJ diferido	12.480	12.784
CSLL diferido	4.492	4.602
Não circulante	16.972	17.386

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 30 de setembro de 2022 é de R\$ 27.245 mil.

15.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Resultado antes do IR e CS	23.914	16.239	29.429	21.156
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	8.131	5.521	10.006	7.193
Conciliação para despesa tributária efetiva				
Adições e Exclusões	(22.450)	(14.508)	4.516	2.297
Despesa efetiva de IR e CSLL	(14.319)	(8.987)	5.490	4.896
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	1.498	426
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(6.988)	(5.322)
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	19%	23%

16 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 22 de abril de 2022 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 300 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 2.500 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 em comparação com o mesmo período de 2021:

	30/09/22		30/09/21	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	152	152	95	95
Diretoria executiva	36	1.361	35	634

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Outros	-	-	114	54
Total	5.777	5.777	114	54
Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	31/12/21	30/09/22	31/12/21
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	7.060	11.498
Companhia Minuano	7.961	7.323	-	-
Acionistas e outros	26.418	21.404	26.418	21.404
Total	34.379	28.727	33.478	32.902

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

17 - Provisão para contingência

a) Contingências Passivas

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

	Consolidado				Consolidado		
	30/09/22				31/12/21		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	
Trabalhista	9.851	(4.869)	4.982	11.673	(5.312)	6.361	
Cível	5.696	(1.857)	3.839	5.624	(1.010)	4.614	
Tributária	168	-	168	416	-	416	
Total	15.715	(6.726)	8.989	17.713	(6.322)	11.391	

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 30 de setembro de 2022, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 109.834 (R\$ 99.477 em 31 de dezembro de 2021), destes, R\$ 100.726 (R\$ 91.404 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza cível e R\$ 7.865 (R\$ 8.073 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo que compõem o saldo de R\$ 100.726, refere-se à ação cível no montante de R\$ 82.752, e está relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia. De acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que todos os recursos legais não se esgotaram na esfera judicial, sendo factível a reversão da decisão em segunda instância, deste modo não há condições neste momento para determinar uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 13 e 14.

18 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Devido a estrutura limitada de agrupamento de contas disponíveis no formulário de informações exigido pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a Companhia procedeu com a reclassificação dos valores correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial, os quais inicialmente estavam classificados na coluna de "Reserva de Lucros", e passaram a ser demonstrados na coluna de "Outros resultados abrangentes".

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 30 de setembro de 2022 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 5.846, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada "Reserva de Incentivos Fiscais".

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício. Inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:

ANO	Coeficiente FAF
2022	0,95
2023	0,90
A partir de 2024	0,85

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

f) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas

controladas.

19 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

20 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 30 de setembro de 2022, que indica o montante de R\$ 77.589. Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,20, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 74.682.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	R\$ com trava	Efeito Trava	R\$ sem trava
Recebíveis com trava	12.340	5,2811	65.169	1.488	66.657
Recebíveis sem trava	2.022	5,4060	10.932	-	10.932
Total	14.362		76.101	1.488	77.589

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	30/09/22	Selic estimada 13,75%
INSS a recolher	262.284	298.348
FGTS a recolher	3.631	4.130
IRRF a recolher	223	254
IRPJ a recolher	101.290	115.217
CSLL a recolher	38.408	43.689
COFINS a recolher	48.719	55.418
PIS a recolher	10.395	11.824
Impostos retidos	34	39
ICMS a recolher	1.497	1.703
Outros	4.730	5.381
Total	471.212	536.003

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2022, que foi de 13,75%.

21 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	30/09/22			30/09/21		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	210.225	83.757	293.982	180.031	67.289	247.320
(-) Impostos	(20.336)	-	(20.336)	(16.888)	-	(16.888)
(-) Devoluções	(361)	(310)	(671)	(151)	(320)	(471)
Receita líquida de produtos e serviços	189.528	83.447	272.975	162.992	66.969	229.961

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.

22 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Salários	-	-	51.469	50.710
Matérias primas	-	-	44.979	33.860
Encargos sociais	-	-	12.654	12.958
Energia elétrica	-	-	13.618	12.125
Manutenção Industrial	-	-	10.495	9.729
Benefícios a empregados	-	-	10.646	9.973
Depreciações	-	-	4.849	4.542
Férias e 13º salário	-	-	11.194	10.035
Serviço de terceiros	-	-	9.251	6.925
Materiais de embalagem	-	-	14.642	13.611
Combustíveis e lubrificantes	-	-	3.530	1.759
Locações/Aluguéis	-	-	1.790	1.838
Indenizações trabalhistas	-	-	63	32
Equipamento de proteção	-	-	1.962	2.935
Taxas e encargos legais	-	-	220	260
Análises laboratoriais	-	-	1.052	1.097
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	1.039	747
Outros gastos	-	-	1.486	1.418
Total	-	-	194.939	174.554

23 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Salários	206	144	3.980	3.011
Serviço de terceiros	182	175	1.628	1.959
Encargos sociais	41	29	762	577
Benefícios a empregados	-	-	1.023	711
Depreciações	-	-	309	274
Férias e 13º salário	-	-	755	582
Manutenção predial	-	-	160	124
Viagens e estadias	7	20	39	43
Taxas e encargos regulatórios	43	80	94	141
Publicidade e propaganda	37	161	45	186
Energia elétrica	-	-	121	78
Outros gastos	25	85	688	774
Total	541	694	9.604	8.460

24 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	18.777	8.913
Custos aduaneiros	-	-	2.453	1.752
Salários	-	-	533	436
Serviço de terceiros	-	-	93	223
Publicidade e propaganda	-	-	260	320
Comissões sobre vendas	-	-	799	633
Provisões para perda	-	-	73	2.547
Encargos sociais	-	-	124	90
Telefonia	-	-	76	63
Análises laboratoriais	-	-	12	5
Férias e 13º salário	-	-	123	95
Depreciações	-	-	5	5
Outros gastos	-	-	197	312
Total	-	-	23.525	15.394

25 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Despesas legais e regulatórias	-	852	676	1.409
Despesas e provisões de processos judiciais (a)	128	150	3.623	7.240
Custo na alienação de ativos	-	-	182	30
Reversão de créditos tributários	-	-	161	148
Despesas fábricas inativas	-	-	100	166
Despesas Gerais	-	-	10	27
Total	128	1.002	4.752	9.020

- a) Os valores apresentados na rubrica de “despesas e provisões de processos judiciais” referem-se tanto a atualização de contingências passivas, bem como despesas relacionadas acordos judiciais promovidos pela Companhia, tanto de natureza cível quanto de natureza trabalhista.

26 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Créditos Fiscais	-	-	162	1.108
Acordo Nova Araça (Agostinho Carrer)	2.016	3.281	2.016	3.281
Venda de sucata e lenha	-	-	115	106
Receita de aluguel	-	-	565	217
Venda de Ativos	-	-	120	-
Subvenções Governamentais	-	-	2.055	1.613
Recuperação de despesas	1	2	4.473	3.975
Total	2.017	3.283	9.506	10.300

27 - Despesas financeiras

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	48	113	12.671	4.229
Juros de operações com partes relacionadas (b)	5.014	3.784	7.056	6.894
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	8	5
Despesas/Tarifas Bancárias	-	-	173	157
Descontos financeiros concedidos	-	-	440	360
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	114	67
Variações cambiais passivas	-	-	13.764	7.217
Encargos legais	-	-	456	3.656
Ajuste a Valor Presente	20	(113)	20	(113)
Outras despesas financeiras	2	2	23	-
Total	5.084	3.786	34.725	22.472

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 16.

28 - Receitas Financeiras

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/22	30/09/21	30/09/22	30/09/21
Variações cambiais ativas	-	-	14.190	10.699
Descontos financeiros obtidos	-	-	47	35
Outras receitas financeiras	1	-	256	61
Total	1	-	14.493	10.795

29 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	Industrializados		Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receita bruta	156.172	127.035	137.810	120.285	-	-	293.982	247.320
Impostos e devoluções	(19.298)	(15.817)	(1.709)	(1.542)	-	-	(21.007)	(17.359)
Receita líquida	136.874	111.218	136.101	118.743	-	-	272.975	229.961
Custos	(85.887)	(72.226)	(109.052)	(102.328)	-	-	(194.939)	(174.554)
Lucro bruto	50.987	38.992	27.049	16.415	-	-	78.036	55.407
Despesas administrativas	-	-	-	-	(9.604)	(8.460)	(9.604)	(8.460)
Despesas com vendas	(23.525)	(15.394)	-	-	-	-	(23.525)	(15.394)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(4.752)	(9.020)	(4.752)	(9.020)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	9.506	10.300	9.506	10.300
Resultado antes dos efeitos financeiros	27.462	23.598	27.049	16.415	(4.850)	(7.180)	49.661	32.833
Despesas financeiras	-	-	-	-	(34.725)	(22.472)	(34.725)	(22.472)
Receitas financeiras	-	-	-	-	14.493	10.795	14.493	10.795
Resultado antes dos tributos	27.462	23.598	27.049	16.415	(25.082)	(18.857)	29.429	21.156
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	1.498	426	1.498	426
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(6.988)	(5.322)	(6.988)	(5.322)
Resultado líquido do exercício	27.462	23.598	27.049	16.415	(30.572)	(23.753)	23.939	16.260
Atribuído a acionistas não controladores							23.911	16.241
Atribuído a acionistas controladores							28	19

30 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022:

	30/09/22	30/09/21
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (consolidado)	23.939	16.260
Resultado diluído por ação	3,37164	2,29011

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

31 - Outras informações

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2022, as controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A, elegeram a nova Diretoria para ambas empresas, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sr. Tiago Silveira do Pinho como Diretor e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge como Diretor. Na mesma data ocorreu a Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, na qual foi eleita a seguinte composição para a Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Sr. Tiago Silveira do Pinho e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge, todos como Diretores.

Também em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2022, a Companhia elegeu seu Conselho de Administração, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: André Rafael de Oliveira, Francisco Asclépio Barroso Aguiar, Cynthia Christina da Silva Vello, Chao Em Hung e Margareth

Schacht Herrmann. Também instalou o Conselho Fiscal, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, composto pelos Senhores: Celso Cândido Filho, Henrique Barcelos Ercoli e Maria Elvira Lopes Gimenez como Conselheiros Efetivos, e seus suplentes, respectivamente, Amanda Lopes Gimenez Masseu, Maria Aparecida Gomes Siqueira e Murici dos Santos.

No dia 28 de abril de 2022 foi realizada a primeira Reunião do novo Conselho de Administração, o qual tomou posse e nomeou os membros para Diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo reconduzidos aos cargos os Senhores Tiago Silveira do Pinho, como diretor presidente, e Fernando Ataíde Silva Jorge, como Diretor de Relação com Investidores.

No dia 28 de outubro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, com grande pesar, que a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e Diretora das empresas controladas, eleita na Assembleia Geral Ordinária de 22 abril de 2022, faleceu em 27 de outubro de 2022.